

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: BRENO LAPROVITERA

Água e saneamento, direito de todos

Essencial à sobrevivência na Terra, a água potável foi declarada um direito humano essencial pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010. Desde 1992, também é celebrado em 22 de março o Dia Mundial da Água, com o objetivo de incentivar o debate sobre a preservação desse indispensável bem natural. Aproximadamente 660 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a água limpa. O saneamento básico também é considerado pela ONU outro direito humano a ser garantido por lei. Nesta edição, o *Tribuna Parlamentar* mostra a realidade do abastecimento em Pernambuco, a atuação da Alepe em busca de soluções para a gestão hídrica e a revitalização de mananciais, além de um panorama do saneamento básico no Estado, onde 41,5% das moradias não contam com esse serviço.

Págs. 3, 4, 5 e 8



ACONTECEU NA ALEPE

■ Adeus a Naná Vasconcelos

O Museu Palácio Joaquim Nabuco foi o local escolhido para serem prestadas as últimas homenagens ao percussionista Naná Vasconcelos. O músico pernambucano de renome internacional lutava contra um câncer de pulmão e morreu na manhã do dia 9 de março, no Recife, aos 71 anos. O velório foi acompanhado por familiares, artistas, fãs e autoridades. “Naná, que levou o nome do nosso Estado para o exterior, deixará exemplos e uma saudade muito forte”, observou o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT). O corpo foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro.



JARBAS ARAÚJO

■ Fechamento de escolas

Integrantes da comunidade escolar compareceram a uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Alepe, no último dia 9 de março, para debater o fechamento de escolas, turnos e turmas da Rede Estadual de Ensino. A situação específica das escolas de Gravatá, no Agreste, também foi pontuada. Em visita ao município em fevereiro, a Comissão de Cidadania apurou que nove escolas foram fechadas. A presidente da Comissão de Educação, deputada Teresa Leitão (PT), anunciou que vai convocar o secretário estadual da pasta, Frederico Amâncio, para apurar as denúncias.

■ Código Penitenciário aprovado

O novo Código Penitenciário de Pernambuco, instituído pelo Projeto de Lei nº 627/2015, tramitou na Alepe e foi aprovado pelos parlamentares em março. De autoria do Executivo, a proposta recebeu parecer favorável nas Comissões de Justiça, Finanças, Administração e Saúde, mas foi rejeitada na Comissão de Cidadania. Entre as atualizações previstas na legislação, está a observância aos direitos dos presos à educação, à profissionalização, à saúde e à assistência plena na área social e jurídica. O PL foi elaborado por um grupo composto por 86 integrantes, incluindo membros da sociedade civil, do Conselho Penitenciário e de órgãos estaduais como Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria Geral, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Tribunal de Justiça.

LEGISLATIVO EM FOCO

Hollywood na mira de CPI

A função investigativa do Poder Legislativo é antiga. Historiadores situam a origem das primeiras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no direito constitucional inglês em fins do século XIV. Nos anos de 1950, em plena Guerra Fria, um colegiado ganharia fama mundial: o Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso Nacional, conhecido por apurar práticas comunistas na indústria cinematográfica dos Estados Unidos.

Acusados pelo comitê de vinculação ideológica com a esquerda, dez roteiristas de Hollywood acabaram presos e proibidos de trabalhar. Entre eles, estava Dalton Trumbo, vencedor de dois Oscars e autor de sucessos como *A Princesa e o Plebeu* (1953) e *Spartacus* (1960), cuja trajetória é contada na cinebiografia *Trumbo: Lista Negra*, lançada no ano passado.

O filme faz um recorte da fase mais crítica da vida do protagonista, interpretado por Bryan Cranston. Reconhecido desde os anos 1940 pela adaptação do roteiro de *Kitty Foyle*, *Trumbo* abre mão de uma vida confortável para enfrentar a caça às bruxas anticomunista do parlamento norte-americano e termina condenado a 11 meses de prisão por desobediência civil. A tentativa de sobreviver com trabalhos clandestinos premiados e produções duvidosas em série para estúdios popularescos dá prosseguimento a uma narrativa na qual a reflexão sobre liberdade de ideologia se faz constantemente presente.



VOCÊ NA ALEPE



Leandro Montarroyos
Policial militar, durante Reunião Plenária do dia 02/03 que discutiu a situação de sargentos que correm o risco de ser despromovidos por decisão da Justiça.

“O policial militar deveria sempre estar acompanhando a questão política, não só quando o tema é sobre a profissão, mas sobre qualquer assunto, principalmente a segurança pública, que é um direito de todos. É importante quando o Plenário da Casa abre as portas para o cidadão.”



Elzanira da Silva
Representante do Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Recife Santa Paula Frassinetti (Cepas), durante audiência pública da Comissão de Saúde, no dia 09/03, que divulgou e discutiu o Relatório de Gestão em Saúde referente ao III Quadrimestre de 2015.

“Além do momento difícil por que passa a saúde pública, a situação piora por causa de epidemias como da zika, dengue e a microcefalia. Acredito que as ações debatidas aqui farão com que a Assembleia tenha um olhar mais intenso em relação à saúde. Nós, como representantes, vemos que há muito a ser feito, mas a Casa Legislativa fortalecerá essa fiscalização.”



Mário Agra
Motorista do Uber, em audiência pública da Comissão de Negócios Municipais que discutiu a regularização do aplicativo Uber no Recife, no dia 22/03.

“O envolvimento da Assembleia nessa questão é de fundamental importância, já que a Casa define as leis do Estado. O Uber ainda precisa de uma regulamentação no município, por isso é necessário que a Alepe tenha encaminhamentos cabíveis para essa situação.”

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



Dia Mundial da Água evidencia desafios em Pernambuco

André Zahar

Indispensável para a vida terrestre, a água foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas



(ONU) em 1992 como patrimônio do planeta, sendo dever de todos preservá-la. Desde então, com o objetivo de estimular a discussão sobre esse importante bem natural, em 22 de março é celebrado o Dia Mundial da Água. Em 2010, o direito à água potável e ao saneamento básico (ver págs. 4 e 5) passou a ser considerado pela ONU um direito humano essencial à garantia de todos os outros.

No Estado de Pernambuco, que tem 90,68% de seu território suscetível à desertificação, a efetivação desse direito enfrenta desafios históricos. De acordo com o Atlas Brasil, da Agência Nacional de Águas (ANA), apenas 52 dos 184 municípios pernambucanos apresentam condições de abastecimento satisfatórias para atendimento das demandas futuras. O relatório cita como mais grave a situação nas regiões do Agreste e Sertão do Moxotó.

Entre 2012 e 2014, o Semiárido brasileiro enfrentou as piores secas dos últimos 50 anos. Em contraste, no Estado, conforme o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento gerido pelo Ministério das Cidades, a perda média de água no trajeto entre os reservatórios e a torneira da população foi de 52% em 2014. O índice superou a média nacional (36,67%). Para se ter uma ideia, no Japão esse percentual não ultrapassa os 6%.

Para a professora Josiclêda Galvêncio, do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o uso irracional dos recursos hídricos pela agricultura irrigada continua sendo o principal obstáculo para a conservação da água no Estado. Vale destacar que a agricultura, segundo a Organização das Nações Unidas

para Alimentação e Agricultura (FAO), utiliza 69% da água potável existente no mundo. Entretanto, a irrigada necessita de duas vezes mais que a tradicional.

Sobre a conservação dos mananciais, Josiclêda aponta que um dos maiores problemas em Pernambuco é a falta de investimento em novas alternativas de disponibilidade de água. Segundo ela, existem no mundo exemplos de lugares com oferta menor desse bem natural, onde a convivência com a escassez hídrica se dá sem sofrimento, prejuízos econômicos e sociais. A diferença, aponta, são os investimentos feitos para tornar real a disponibilização do produto para a população.

“Pouco se fez no Agreste e Sertão de Pernambuco para aumentar a oferta de água para os diversos fins, e a demanda só tem aumentado”, ressalta a professora, que também considera insuficiente a fiscalização do uso dos recursos hídricos no Estado.

Gestor do Programa Semiárido Caatinga e Combate à Desertificação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PE), Sérgio Mendonça diz que a criação de unidades de conservação e a capacitação de professores e agricultores têm sido eixos para minimizar a degradação ambiental e seus efeitos na região, que abrange cerca de 80% do território de Pernambuco. “Os ganhos socioambientais advindos com o projeto são significativos e alcançam diferentes áreas, pois as ações são integradas”, relata.

POLUIÇÃO

Outro problema é a contaminação de mananciais. Se na Região Metropolitana do Recife, o lançamento de esgoto sem tratamento nos Rios Capibaribe e Beberibe é o fator mais preocupante, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado, de 2008, aponta os impactos dos Polos de Desenvolvimento nos sistemas de abastecimento urbano. Como exemplo, a presença de produtos químicos em Suape (RMR) e nos polos de irrigação de Petrolina e gesso de Araripe.



JOÃO BITA

Capibaribe é um dos rios que vêm sendo inspecionados *in loco* por frente parlamentar criada pela Alepe

Assembleia Legislativa busca soluções para gestão hídrica e revitalização de mananciais

O tema da água vem suscitando debates e iniciativas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em 2015, duas frentes parlamentares foram criadas. A Frente de Soluções Hídricas, coordenada pelo deputado João Eudes (PDT), visa à gestão eficiente da água. Já a Frente de Revitalização do Rio São Francisco e demais Rios de Pernambuco, liderada por Odacy Amorim (PT), discute propostas e ações que contribuam para estimular a revitalização dos mananciais.

João Eudes afirma que fará audiências públicas com prefeitos este ano e reclama da falta de repasses do Ministério da Integração Nacional para a obra da Adutora do Agreste. O projeto, de R\$ 2 bilhões, pretende abastecer mais de 60 municípios da região. A iniciativa estava prevista para ser concluída em junho de 2015. Faltam, porém, R\$ 800 milhões. “Deveriam ser repassados R\$ 40 milhões por mês, mas hoje são apenas R\$ 8 milhões. Alguns municípios, como Alagoinha, já estão há mais de três anos sem água nas torneiras. Pesqueira, com

abastecimento apenas duas vezes por mês, está prestes a entrar em colapso”, critica.

A situação do Capibaribe e do Beberibe foi verificada *in loco* pela Frente de Revitalização dos Rios nas primeiras de uma série de vistorias aos principais mananciais pernambucanos iniciadas este ano. O colegiado encontrou esgoto e lixo despejados pelas comunidades próximas. “Fizemos um pedido de informações para a Compesa e voltaremos a tratar do saneamento na Alepe”, observa Amorim. No caso do abastecimento de água no Sertão, na avaliação do deputado, a Transposição do São Francisco, a Adutora do Pajeú e o Ramal do Agreste podem ampliar o acesso para a população.

REÚSO

Para Helio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu, que busca promover atos de consumo consciente, a gestão dos recursos hídricos pelas cidades, indústrias e agronegócios deve se tornar mais eficiente. Além disso, a recuperação de florestas e vegetação em manan-

ciais e nascentes, e a conscientização da população para diminuir o desperdício são essenciais.

“Diante da incerteza trazida pelo aquecimento global, os caminhos que a sustentabilidade nos aponta são de aproveitamento mais eficiente da água disponível, necessariamente envolvendo o tratamento de esgoto e o reaproveitamento de água de reúso e da chuva, além da diminuição do desperdício em todos os pontos da cadeia de consumo”, diz o engenheiro. Ele destaca que, entre as 100 maiores cidades brasileiras, 84 perdem mais de um quarto da água que produzem.

Uma iniciativa parlamentar relacionada ao reúso é a Lei nº 14.572/2011 (ver matéria na pág. 8), de autoria do deputado Tony Gel (PMDB), que estabelece normas para a utilização racional e reaproveitamento de água nas edificações de Pernambuco. A norma, ainda não regulamentada pelo Governo, determina que a água da chuva seja captada na cobertura de prédios e usada em atividades que dispensem água potável.

● DIREITO HUMANO

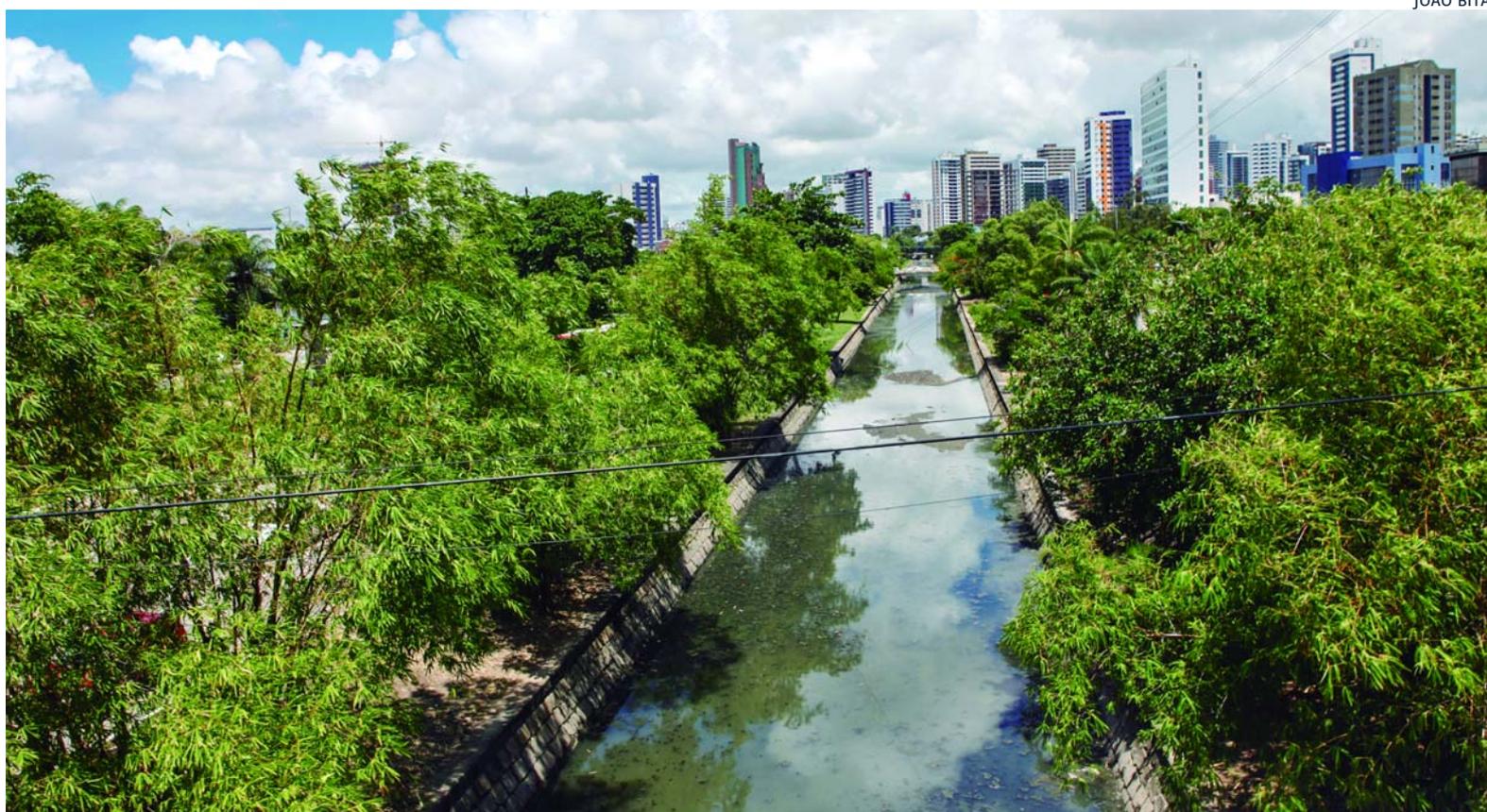
Saneamento básico para todos ainda está longe de se tornar realidade

Até o ano de 2033, Governo Federal estima que 10% dos municípios do País ainda não

Gabriela Bezerra

Esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo – estruturas que integram o sistema de saneamento básico – ainda são promessas para 2,5 bilhões de pessoas ao redor do mundo. Isso em pleno século 21. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, é como se todos os habitantes da China e da Índia, países mais populosos do planeta, não tivessem acesso a saneamento básico. Instada por esse fato, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu em nova resolução, de dezembro de 2015 (a primeira foi em 2010), o saneamento básico como um direito humano a ser garantido, distintamente do direito à água. Em tempos de epidemia provocada pelo mosquito *Aedes aegypti*, não deixa de ser preocupante se dar conta de que apenas 49,8% da população brasileira tem acesso a esgotamento sanitário, e 17% ainda carecem da oferta de água potável, de acordo com dados do Governo Federal.

A garantia de saneamento básico para todos os brasileiros ainda está distante de se tornar realidade. Mesmo a estimativa mais otimista é um tanto desanimadora. Pelas metas traçadas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) até 2033, apenas a universalização do acesso a água terá sido atingida. Nessa data, o Governo Federal prevê que 20% dos municípios continuarão sem tratamento de resíduos sólidos, e 10% ainda estarão à margem dos serviços de esgotamento sanitário.



JOÃO BITA

Precariedade do sistema de saneamento básico na capital pernambucana pode ser percebida na sujeira dos principais canais do Recife

Doenças infectoparasitárias adquiridas por contato com água contaminada, a exemplo da cólera e da leptospirose, e até mesmo por picada do *Aedes aegypti* – como dengue, zika e chikungunya – estão diretamente relacionadas à inexistência ou à precariedade do saneamento básico. Nesses casos, a ausência do abastecimento regular de água é a grande vilã, ao impor o sistema de rodízio. A necessidade de estocar o produto e a falta de cisternas fazem com que o armazenamento seja, muitas vezes, feito de forma inadequada, contribuindo para sua contaminação.

“Por uma questão de emergência e também como forma de evitar uma catástrofe sanitária e social, defendo o redimensionamento do rodízio. Locais

onde há concentração de casos dessas doenças devem ter o abastecimento de água regularizado”, opina André Monteiro, pesquisador do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM-FioCruz). Em fevereiro deste ano, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude revelou que mais da metade das famílias que têm bebês com microcefalia em Pernambuco são de baixa renda.

Ao lembrar que a dengue ameaça a população brasileira há 30 anos, o pesquisador chama atenção para a necessidade de mudança da estratégia no combate às doenças provocadas pelo mosquito. “Se o problema só faz aumentar, é porque a estratégia formulada não é adequada.” Nesse sentido, aponta o sanea-

mento básico como solução. “É fundamental que haja um rearranjo no investimento em políticas urbanas, vinculando urbanização, saneamento e habitação de forma simultânea e articulada. Assim, focamos a ação nos criadouros, não nos mosquitos.”

Responsável pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário em todo o Estado, a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) traçou como meta para este ano a garantia de fornecimento de água para 99% da população e de tratamento de esgoto para 23%. “Em 2016, faremos a ampliação do horizonte do Planejamento Estratégico e definiremos as metas para os anos subsequentes, levando em consideração os projetos em andamento”, afirma

Ricardo Barreto, diretor de Novos Negócios da Compesa. Para 2016, está previsto o investimento de R\$ 800 milhões.

De acordo com a Compesa, Jataúba (Agreste Central) é o município onde o acesso a água é mais precário, chegando a 31% da população. No quesito esgotamento sanitário, Gravatá (Agreste Central) figura como pior no ranking, atendendo apenas 2% da população. A situação se repete em Camaragibe e Igarassu (região metropolitana).

A gestão de resíduos sólidos em Pernambuco também tem deixado a desejar. Pouco mais da metade (54%) das 11 mil toneladas de lixo produzidas diariamente no Estado tem a destinação adequada, os aterros sanitários.

dos os brasileiros r realidade

terão acesso a serviços de esgotamento sanitário

No País, metas só devem ser cumpridas em 2054

A situação atual e a perspectiva de atraso no processo de universalização do saneamento básico no Brasil têm estimulado a realização de pesquisas para prever quando, de fato, as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) serão cumpridas. Em estudo divulgado no mês de janeiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) concluiu que haverá um atraso de 21 anos, levando o alcance das metas para 2054.

“Quando avaliamos a evolução dos atendimentos de tais serviços, vemos que, caso não haja novas ações que mudem a conduta das políticas públicas para o setor, nenhuma das metas será atendida (dentro do prazo, que se encerra em 2033)”, relata trecho do estudo.

Na avaliação do Instituto Trata Brasil, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)

que atua em prol da universalização do saneamento desde 2007, a expectativa negativa reflete o descaso como o tema foi tratado durante décadas, quando a infraestrutura do saneamento não acompanhou o crescimento das cidades. “Ainda temos uma situação alarmante para um país que atingiu o desenvolvimento econômico do Brasil. Sempre dizemos que temos vários ‘Brasis’ quando analisamos os números do saneamento básico. Uma parte com altos índices, mais próximos dos europeus, e outras regiões que têm indicadores muito baixos, similares aos da África”, argumenta Édison Carlos, presidente-executivo do instituto.

Autor da tese intitulada Enigma de Hidra: o Setor de Saneamento entre o Estatal e o Privado, o professor Ronald Vasconcelos, da

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não acredita que a universalização do sistema será alcançada apenas com ações estatísticas. “Se formos aguardar pelo Estado, ainda vamos esperar muito, pois o comprometimento estatal com rubricas obrigatórias não tem garantido grandes sobras para investimentos.”

Como forma de não atrasar tanto a universalização do sistema, Ronald defende a adoção de uma estratégia articulada com a iniciativa privada. “Isso não significa que o governante vai se eximir de suas responsabilidades. A associação é necessária, porque sozinho o Estado não consegue”, observa.

Entre 2004 e 2014, o investimento realizado pelo Governo Federal, Estados e municípios em saneamento somou R\$ 78,7 bilhões, uma média anual de R\$ 7,2 bi.

JOÃO BITA



Despejo de lixo em rios e canais é fator agravante. População e poder público têm responsabilidade

Fique Sabendo

Saneamento Básico

Panorama e metas relacionadas a esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo.

Cenário Atual

2,5 bilhões de pessoas
ou 35% da população mundial não têm acesso a saneamento

Fonte: ONU | Ined



Fonte: IBGE

Metas até 2033

Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)



Fonte: Governo Federal

Pernambuco



Fonte: Compesa

Situação dos Municípios

Acesso a Água



Acesso a Esgotamento Sanitário



Fonte: Compesa

● SEGURANÇA PÚBLICA

Jovens negros mais expostos à violência

Estado apresenta 2º pior índice referente a assassinatos entre essa parcela da população

Ivanna de Castro

Ainda que se perceba um sentimento generalizado de medo e insegurança na sociedade, as estatísticas mostram – e o cotidiano confirma – que a violência atinge, com mais intensidade e frequência, grupos sociais específicos. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014 (ver arte), o mais recente estudo sobre o tema feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ratificou numericamente essa constatação. De acordo com o levantamento, a chance de um jovem negro ser assassinado no Brasil é 2,5 vezes maior que a de um brasileiro da mesma faixa etária (12 a 29 anos) que se declara branco. Em Pernambuco, esse risco chega a ser 11,57 maior, o segundo pior índice apresentado pelos Estados brasileiros, atrás apenas da Paraíba.

Fez parte dessa estatística o Recife José Ricardo Pereira, espancado e morto em 2012, aos 24 anos, na porta de sua casa, no bairro de Jardim São Paulo. Negro, homossexual e morador da periferia, José Ricardo foi vítima de “múltiplo preconceito”, segundo sua mãe, Eleonora Pereira (foto). “Essas pessoas, mais do que violentadas, estão sendo exterminadas. É preciso que as autoridades verifiquem e sistematizem as características das vítimas de violência e pensem em políticas públicas e em leis direcionadas a combater o problema”, opinou. Ela, que coordena o Movimento Mães pela Igualdade, critica a metodologia pernambucana, que não especifica a raça da vítima. “Depois que perdemos um filho, nos tornamos mutiladas pela vida. Eu tento transformar essa dor em luta.”

O Estado em que Eleonora vive apresenta, ainda, outro dado preocupante. Fica em Pernambuco o município com o pior índice de vulnerabilidade do País: Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana. O levantamento leva em consideração índices de mortalidade por homicídio, de pobreza, de frequência à escola, de situação de emprego, entre outros. Para a coordenadora do Movimento Negro Unificado de Pernambuco, Marta Almeida, “a vio-



Em audiência pública na Alepe, Eleonora Pereira, que teve um filho assassinado, acredita que ele foi vítima de “múltiplo preconceito”

lência física é a consequência extrema do racismo, mas o preconceito se revela de inúmeras outras formas”. Ela fala sobre violência correlata. “Somos vítimas de preconceito porque somos negros, pobres, mulheres. Mais que isso: sofremos com a intolerância religiosa, pois são as crenças e culturas negras as mais perseguidas”, explicou.

Além de dados relativos à violência, não por acaso os negros também aparecem em posição desvantajosa em outros indicadores sociais, segundo pesquisas divulgadas regularmente. Para exemplificar, conforme a 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a população carcerária brasileira possuía, em 2013, 18,4% mais negros do que brancos. E, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o salário médio das pessoas negras no Brasil era, nesse mesmo ano, de R\$ 876,40, enquanto brancos ganhavam em torno de R\$ 1.517,70. Em 2012, 22,2% da população branca tinha 12 anos ou mais de estudos, enquanto apenas 9% dos negros atingiram essa escolaridade, segundo o Ipea.

Para enfrentar essa realidade em Pernambuco, o Governo do Estado lançou, no final de 2015, o 1º Plano Estadual de Promoção da

Igualdade Racial. O documento apresenta como objetivo geral “garantir o recorte étnico-racial no conjunto das políticas públicas e de ações afirmativas executadas pelo Governo Estadual, seguindo os princípios da transversalidade, descentralização e gestão democrática”. Segundo o coordenador estadual de Igualdade Racial, Vicente Moraes, o plano foi construído com a participação da sociedade. “Nosso trabalho agora é apresentar esse documento às prefeituras a fim de incentivar os municípios a replicar seu conteúdo, respeitando as especificidades locais”, explicou.

Na Assembleia, os trabalhos de enfrentamento ao racismo têm o suporte da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra. O presidente do primeiro colegiado, deputado Edilson Silva (PSOL), acredita que a mudança dessa realidade passa, primeiramente, pela implementação de políticas de “prevenção social”. “Acesso à saúde pública, melhoria nas condições de habitação e inserção de disciplinas sobre a cultura negra no currículo da educação são ações urgentes. É por meio delas que conseguiremos exterminar as condições de vulne-

abilidade que recaem, majoritariamente, sobre essa parcela da população”, pontuou.

Para o coordenador-geral da Frente, deputado Bispo Ossesio Silva (PRB), o Brasil e Pernambuco já avançaram muito na formulação de leis voltadas ao empoderamento do negro e combate à discriminação. “É preciso, no entanto, cobrar das autoridades para que haja rigor na aplicação das leis e na punição daqueles que as descumprem”, opinou.

O deputado ressaltou, porém, que esse é um trabalho que deve envolver toda a sociedade. “O combate ao racismo não é uma função apenas do Legislativo. Nossas ações, para surtirem efeito, precisam do suporte da população”, observou. A Frente, que já promoveu audiências públicas nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Recife e Olinda, pretende, neste ano, continuar levando as discussões sobre o tema para fora das paredes da Assembleia.

Os cinco municípios com mais altos IVJ:

1 - Cabo de Santo Agostinho/PE

2 - Itaguaí/RJ

3 - Altamira/PA

4 - Marabá/PA

5 - Luziânia/GO

ENTREVISTA - LIANA LEWIS *

“Somos explicitamente racistas, mas lançamos mão de vários argumentos para negar isso.”

Tribuna Parlamentar - As causas dessa realidade discriminatória e violenta contra os negros são antigas e ainda persistem. A senhora poderia apontar algumas delas?

Liana Lewis - Quando das Grandes Navegações, foi construída uma ideia do “Nós” (europeus civilizados) e do “Outro” (colonizados que não estavam inscritos em uma ideia de humanidade). Essa cisão se aprofundou com o racismo científico no século XIX, momento em que a ciência legitimava a ideia de gradações de humanidade. Hoje, devemos pensar no que a antropóloga Nancy Scheper-Hughes denomina de *comtuum genocida*, que consiste em um projeto, das diversas instituições, de aniquilamento não apenas físico, mas subjetivo, cultural e intelectual de populações. Temos esse processo no Brasil, onde vemos o encarceramento em massa de negros, a violência obstétrica sofrida por negras, estereótipos disseminados pelos meios de comunicação etc.

TP - A senhora acredita que o mito do país miscigenado, que convive bem com as diferenças de raças, dificulta a percepção do racismo no Brasil?

LL - Sem dúvida. O mito gerou uma ideia de que não há racismo no Brasil. Essa ideia, que possui em Gilberto Freyre sua legitimação, ganha força ao se



RINALDO MARQUES

“Nos últimos anos, houve um grande avanço na legislação, especialmente no que diz respeito a políticas de ação afirmativa”

comparar nosso racismo – que não foi calcado na lei – com os sistemas do *Apartheid*, na África do Sul, e o de *Jim Crow*, nos Estados Unidos. O racismo brasileiro sempre foi institucionalizado e territorializado, mas não a partir de um marco jurídico. Costumo afirmar que

nosso racismo não é velado, ele é explícito e tem se tornado cada vez mais. Costumo dizer que nosso racismo, na verdade, sofre de falta de honestidade de autoatribuição. Somos explicitamente racistas, mas lançamos mão de vários argumentos para negar isso.

TP - Como a senhora avalia a legislação atual em defesa dos direitos dos negros?

LL - Nos últimos anos, houve um grande avanço na legislação, especialmente no que diz respeito a políticas de ação afirmativa. O problema reside no fato de que, quando da implementação dessas políticas, existe um esvaziamento da vontade de rever a hierarquia racial a partir das instituições. Um exemplo são os constantes questionamentos das políticas de cotas raciais e um retraimento de recursos para a saúde da população negra. Em um momento de crise política e econômica como o que estamos vivendo, com uma radicalização do pensamento conservador, a população negra deve ficar atenta a um retraimento dos direitos adquiridos.

TP - Como o Estado e o País podem avançar?

LL - O País só pode avançar com a continuidade de mobilização do Movimento Negro e, a partir daí, uma radicalização das políticas de ação afirmativa (que englobam, mas vão além da questão das cotas) e uma reestruturação radical das instituições. É necessária uma mudança de mentalidade, o que implica um questionamento dos privilégios da população branca. Isso cria um campo de batalha extremamente complexo e árduo.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco

Ranking dos 5 Estados com maiores Índices de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ):

Unidades da Federação	IVJ - Violência e Desigualdade Social	Escala de Vulnerabilidade	Risco Relativo
Alagoas	0,608	Muito Alta	8,748
Paraíba	0,517	Muito Alta	13,401
Pernambuco	0,506	Muito Alta	11,565
Ceará	0,502	Muito Alta	4,011
Roraima	0,497	Alta	3,287

Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) e Desigualdade Racial 2014.

Obs.: Os valores podem ir de 0,0 até 1,0, sendo que quanto maior o valor, maior o contexto de vulnerabilidade dos jovens do território.

Lavagem de veículos deverá utilizar água da chuva

Nova lei aprovada demonstra empenho da Casa Joaquim Nabuco na preservação dos recursos hídricos

Helena Alencar

A partir deste ano, todos os estabelecimentos comerciais de lavagem de veículos



do Estado deverão empregar água da chuva no serviço. A novidade está prevista na Lei nº 15.630/2015, cujas determinações passam a vigorar no fim de abril. De autoria do deputado Ricardo Costa (PMDB), a matéria vem reforçar as medidas de preservação dos recursos hídricos em Pernambuco.

Pela norma, lava-jatos, postos de combustível e demais empresas que prestam a atividade serão obrigados a instalar um sistema de captação de água da chuva. O recurso será tratado e reutilizado de acordo com a Lei Estadual nº 14.572/2011, que elenca regras para o uso racional e reaproveitamento da água nas edificações do Estado. A proveniente das chuvas, por exemplo, será armazenada em cisternas ou tanques, atendendo às normas sanitárias e passando pelos processos necessários para a manutenção da qualidade.

“Diante da crise hídrica que afeta Pernambuco, com a situação de nossos reservatórios e barragens em níveis de seca, propomos o projeto na intenção de coibir o desperdício desse recurso natural”, explicou Ricardo Costa. “Para a sociedade, haverá melhorias no meio ambiente, reduzindo o impacto no aquecimento global e ajudando na preservação da água potável.” A Lei 15.630 prevê penalidades de advertência a multas entre R\$ 1 mil e R\$ 100 mil, e aguarda regulamentação do Poder Executivo.

O dono da empresa de lavagem automotiva Dr. Jato, Leonardo Drummond, afirma que apoia toda legislação para proteger o meio ambiente. “A aplicação dessa lei é viável, mas deveria ser uma norma para todos. O que acontece hoje é que a maioria dos serviços de lavagem de veículos não são legalizados, fiscalizados ou cobrados”, pondera.



RINALDO MARQUES

Algumas empresas têm adotado a chamada ecolavagem automotiva

O empreendedor também se preocupa com o impacto que a instalação do sistema pode ter sobre a operação.

Para o engenheiro químico Maurício Motta, professor da Universidade Federal de Pernambuco, a prática prevista na lei poderia ser expandida para usos menos nobres da água em prédios públicos. “Utilizam-se três litros de água potável para descartar poucos mililitros de urina. Isso não é uma prática sustentável”, observa. Ele sugere também medidas como a redução de impostos para construções sustentáveis, legislação mais rigorosa na punição de ligações clandestinas e poluição dos corpos hídricos, além de maior autonomia e amparo jurídico para os órgãos de fiscalização.

“Muitos pensam em deixar um planeta melhor para nossos filhos, só que a forma correta de agir é formar filhos melhores para o nosso planeta. A educação ambiental deveria fazer parte do Ensino Fundamental”, acrescenta Motta.

SUSTENTABILIDADE

Na higienização dos automóveis, podem ser utilizados mais de 500

litros, se feita com uma mangueira. O balde ajuda a economizar: em média, 70 litros são empregados nesse caso. Mas atualmente há modalidades da chamada “ecolavagem automotiva” que empregam apenas 300ml de água, usando borrifadores e produtos biodegradáveis.

É o caso da AcquaZero, empresa paulista com cinco unidades em Pernambuco, na qual a limpeza é feita com um líquido composto por cera de carnaúba. “O desperdício de água potável em Pernambuco hoje é imenso. Na minha unidade, eu gasto menos de 20 litros de água por dia”, garante o empresário Ricardo Lucena, que está à frente da franquia do Shopping RioMar. Além disso, ele destaca que o próprio centro comercial já possui sistema de captação e tratamento da chuva.

Lucena valoriza normas que protejam os recursos hídricos, mas alerta: a água pluvial, se não for devidamente tratada, é ácida e pode danificar a pintura do veículo. “O fluxo de chuvas no Estado varia muito, fica complicado para o estabelecimento depender disso”, completa.

Documento Histórico

Em 1891, Alepe aprovava incentivo a obras hídricas

Em fins do século 19, primeiros anos da República brasileira, os Estados federados fervilhavam num contínuo processo de inovações do ponto de vista administrativo, tecnológico e de desenvolvimento industrial.

Em Pernambuco, essa realidade não era diferente. O Estado assistia ao desenvolvimento de suas regiões, e a Capital vivia a ascensão e consolidação de seus polos industriais, como no caso do setor têxtil.

Todo esse desenvolvimento carecia de infraestrutura capaz de fornecer as bases para as contínuas demandas de uma metrópole industrial, como o Recife se configurava nos idos de 1890. Privilegiada pela natureza, ainda contava com um vasto porto e aquíferos reconhecidos e abastados.

Atento a essa realidade, o Poder Legislativo, figurado pelo Congresso Estadual, recebia e dava provimento a solicitações que contribuíam para o desenvolvimento do Estado, inclusive no tocante às questões hídricas e sanitárias.

Nesse sentido, destaca-se a petição da Companhia Beberibe de Abastecimento de Água do Recife, datada de 1891. A empresa solicitou aos deputados que autorizassem o Governo Estadual a inovar o contrato já em vigor, uma vez que a companhia vinha investindo avultadas somas no sentido de fornecer à população água em abundância, bem como de garantir o setor industrial com a aplicação de água em alta pressão.

Na petição, a Companhia Beberibe alegou que “o fornecimento d’água a uma cidade constituiu o mais importante serviço público de qualquer cidade ... e a suplicante tem procurado realizar o que há de mais adiantado nesse serviço”.

Após a devida apreciação da matéria, o Congresso pernambucano deferiu o pedido, por meio do Projeto nº 52, de 6 de novembro de 1891. A proposição autorizou o Governo do Estado a inovar o contrato vigente com a companhia para o fornecimento de água no Recife e facilitar-lhe os meios de obter do público os capitais necessários para as novas obras que pretendia executar. O projeto determinava ainda que “não poderá o novo contrato alterar o antigo, no que diz respeito à duração do privilégio da Companhia, nem autorizar aumento algum do preço do metro cúbico d’água fornecida, quer dos particulares, quer dos estabelecimentos públicos, por penas d’água, nem no dos baldes vendidos nos chafarizes, nem tão pouco conceder à Companhia subvenção ou garantia de juros.”

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1. Transcrição paleográfica de trecho do Projeto nº 52, de 1891. Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.

O documento supracitado pode ser consultado no Arquivo Geral da ALEPE, custodiado pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

